

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE FEVEREIRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Irineu Colombo e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/316, 317, 318, 319 e 423/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

409/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI, com sede e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.737. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/99: De autoria do Deputado Edno Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Dirceu Rosa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.738. **Anote-se - Arquivo-se.**

314/99: De autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.739. **Anote-se - Arquivo-se.**

302/99: De autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública o Colégio Brasileiro de Homeopatia Constantine Hering PR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.740. **Anote-se - Arquivo-se.**

220/99: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mallet - APAE, com sede e foro no Município de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.741. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/410/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

15/96: Da Procuradoria Geral de Justiça, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 85. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/001 a 003, e 005 a 026/2000, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

578/99: Do Tribunal de Justiça, que revoga o § 4º, do art. 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, com a redação dada pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.827. **Anote-se - Arquivo-se.**

642/99: Do Tribunal de Justiça, que cria Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Guarapuava, altera os dispositivos que especifica do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.828. **Anote-se - Arquivo-se.**

002/98: Do Tribunal de Justiça, que altera o art. 210, da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.829. **Anote-se - Arquivo-se.**

171/99: De autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Quielse Crisóstomo da Silva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.831. **Anote-se - Arquivo-se.**

419/99: De autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a ADEFIMAR - Associação dos Deficientes de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.832. **Anote-se - Arquivo-se.**

477/99: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Umberto Bastos Sacchelli, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.833. **Anote-se - Arquivo-se.**

513/99: De autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o “Projeto Vida - Amparo Social aos Carentes de Maringá”, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.834. **Anote-se - Arquivo-se.**

521/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Brasil Paraná de Cristo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.835. **Anote-se - Arquivo-se.**

560/99: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a CRECOMAR - Creche Coração de Maria, com sede e foro no Município de Quarto Centenário, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.836. **Anote-se - Arquivo-se.**

564/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Lar Batista de Nova Londrina - LBNL, com sede e foro no Município de Nova Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.837. **Anote-se - Arquivo-se.**

565/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro, com sede no Município de General Carneiro e foro no Município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.838. **Anote-se - Arquivo-se.**

566/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anahy, com sede no Município de Anahy e foro no Município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.839. **Anote-se - Arquivo-se.**

571/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores, Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá-Amor, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.840. **Anote-se - Arquivo-se.**

575/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.841. **Anote-se - Arquivo-se.**

581/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Santa Bárbara, com sede

no Município de Nova Santa Bárbara e foro no Município de São Jerônimo da Serra, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.842. **Anote-se - Arquivo-se.**

582/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.843. **Anote-se - Arquivo-se.**

583/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal de Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.844. **Anote-se - Arquivo-se.**

584/99: De autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello, que declara de utilidade pública a América Ponta-Grossense Futebol, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.845. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/99: De autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a “A Patofruta” - Associação de Fruticultores de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.846. **Anote-se - Arquivo-se.**

594/99: De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de utilidade pública o Clube Recreativo Veteranos de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.847. **Anote-se - Arquivo-se.**

603/99: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Ivaiporã, com sede e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.848. **Anote-se - Arquivo-se.**

607/99: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Colorado, com sede e foro no Município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.849. **Anote-se - Arquivo-se.**

608/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congoinhas, com sede e foro no Município de Congoinhas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.850. **Anote-se - Arquivo-se.**

609/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iracema do Oeste, com sede e foro no Município de Iracema do Oeste e foro no Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.851. **Anote-se - Arquivo-se.**

619/99: De autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de utilidade pública a Associação União e Consciência Negra de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.852. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/SEEG/035, 036, 037, 038, 040, 041, 042 E 044/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

387/99: De autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a destinar sala própria nas Penitenciárias, delegacias de Polícia e Nosocômio, para os advogados comunicarem-se, sigilosamente, com seus clientes, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.854. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/99: De autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que altera o parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 12.606, de 06 de julho de 1999, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.855. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/99: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares dos Hinos Nacional, da Bandeira, do Paraná e da Independência, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.856. **Anote-se - Arquivo-se.**

202/99: De autoria do Deputado Moysés Leônidas, que proíbe a prática do “trote” em alunos das Instituições da rede Pública de Ensino de 1º e 2º Grau e de Ensino Superior mantido pelo Estado do Paraná o qual convertido em Lei tomou o nº 12.857. **Anote-se - Arquivo-se.**

462/99: De autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional do Trânsito - CIRETRAN no Município de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.858. **Anote-se - Arquivo-se.**

229/99: De autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.859. **Anote-se - Arquivo-se.**

378/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.860. **Anote-se - Arquivo-se.**

123/99: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que obriga as empresas e/ou consórcios, responsáveis pela construção de barragens formadoras de lagos, a proceder a supressão e retirada de vegetação no leito da área inundada, mediante prévia autorização do IAP e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.861. **Anote-se - Arquivo-se.**

092/99: De autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implementar mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.863. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/004/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do Deputado Ger-

aldo Cartário, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/028/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/029/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/030/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 451/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/031/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/032/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/033/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 614/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/034/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caito Quintana, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/043/00, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 04/00, do Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demonstrativo das alterações de despesas realizadas em dezembro de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 22/00, do Senhor Quielse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Paraná, relativo ao 4º trimestre de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 027/00, do Senhor Quielse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1944/99, do Senhor Valderi Vilela, Assessor Parlamentar da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando resposta de pedido de informações, requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Movimentação do Quadro de Servidores da Administração Direta”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 1945/99, do Senhor Valderi Vilela, Assessor Parlamentar da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando resposta de pedido de informações, requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Quadro de Servidores com advento da Lei nº 10.219/92”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 772/99, do Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre “empresas concessionárias que operam no Anel de Integração”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 120/00, do Senhor José Cid Camêlo Filho, Secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ricardo Maia, que pede esclarecimento sobre “aumento de taxas de água e esgoto na SANEPAR”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 750/99, do Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre “cortes de árvores nas margens da BR-277”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 705/99, do Senhor Osires Stenghel Guimarães, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Beto Richa, que pede esclarecimentos sobre “andamento da obra do terminal da Ponta do Félix”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 130/00, do Senhor Mario Lopes Filho, Secretário de Estado da Educação substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre “funcionamento do Centro Tecnológico do Paraná/Piraquara”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 128/00, do Senhor Mario Lopes Filho, Secretário de Estado da Educação substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre “cursos profissionalizantes em estabelecimentos públicos no Paraná”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 034/00, do Senhor Amaury S. Ramos, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pela Deputada Luciana Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre “situação funcional e operacional das Delegacias da Mulher do Estado”. **Ao conhecimento da Senhora Deputada interessada.**

Sob o nº 044/00, do Senhor Ronald Dias Pinto, Diretor-Presidente da SERLOPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Accorsi, que pede esclarecimentos sobre “casas de bingo que funcionam no Estado do Paraná”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 279/99, do Senhor Ivo Bindo Filho, Assessor Técnico do Departamento Estadual de Transporte Oficial, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre “veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 024/2000, que revoga a Lei Complementar nº 76.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000,

que dispõe sobre a revogação do inciso II do parágrafo único da Lei Complementar nº 76/95.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o caso de assassinato do Senhor Miguel Siqueira Donha, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré - Região Metropolitana de Curitiba, seja investigado pela CEI - Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Miguel Siqueira Donha, vítima de dois indivíduos que o abordaram em frente à sua residência, juntamente com sua esposa, Senhora Yara do Rocio Lins Donha, no Município de Almirante Tamandaré, foi baleado no joelho e faleceu de hemorragia, em data de 23 de janeiro do corrente.

O caso vem dia-a-dia se desenrolando e as investigações da polícia mostram um emaranhado de informações, envolvendo pessoas num local - Município de Almirante Tamandaré, onde o crime organizado se faz presente com grande intensidade.

Diante do exposto e da documentação acostada ao presente, solicitamos à CEI - Comissão Especial de Investigação desta Casa de Leis que passe a investigar este bárbaro crime ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Miguel Siqueira Donha, Diretor de Seguros do Banestado, ocorrido em data de 23 de janeiro do corrente, no Município de Almirante Tamandaré/PR.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 23 de janeiro do corrente, no Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, o Sr. Miguel Siqueira Donha.

Vítima de dois indivíduos que o abordaram em frente à sua residência naquele município, juntamente com a sua esposa, Sra. Yara do Rocio Lins Donha, na madrugada daquele sábado, quando o casal retornava de um casamento em Santa Felicidade, nesta Capital, Miguel Siqueira Donha foi baleado no joelho e morreu em consequência de hemorragia.

Miguel Siqueira Donha, nascido em São Paulo, SP, em data de 02/05/1949 era pai de Ângela Lins Donha, Eliza Lius Donha e Miguel Donha Junior.

Homem de caráter irreparável, Miguel Siqueira Donha era profissional dos mais qualificados. Entrou no Banco do Estado do Paraná como contínuo no ano de 1968 na cidade paranaense de Primeiro de Maio. Trabalhando de maneira irrepreensível, alçou carreira dentro daquela Instituição Financeira com méritos, o que lhe conferiu a gerência de agência no ano de 1982 na Cidade de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba. Foi gerente de agências do BANESTADO em Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e agência Anita Garibaldi de Curitiba. No ano de 1996 chegou a Diretor da Corretora de Seguros BANESTADO (CSB), cargo que atualmente exercia.

Morador de Almirante Tamandaré desde o ano de 1985, era proprietário da casa lotérica Loterias Tamandaré. Foi presidente do Rotary Club daquele município na gestão 91/92, já tendo sido Presidente do Rotary Club de Colombo na gestão 83/84.

Miguel Siqueira Donha era uma pessoa de muitos amigos, quem o conheceu não tem nada a dizer dele que o desabone. Buscando dar o melhor de si pelo município em que morava, foi candidato a Prefeito de Almirante Tamandaré no ano de 1992 pelo PSDB, partido do qual era Presidente na época.

Atualmente era Presidente e Delegado do PPS daquele Município e membro da Executiva Estadual do PPS no nosso Estado.

Miguel Siqueira Donha, um líder político local, foi vítima de dois indivíduos que o assassinaram, deixando uma lacuna não só em nosso meio político, mas em nossos corações, pois era um amigo acima de tudo.

À família enlutada, sua esposa, Sra. Yara, os filhos Ângela, Eliza e Miguel Jr., os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplauso e congratulações à atriz Lala Schneider, pela comemoração de seus 50 anos de teatro.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Lala Schneider, atriz paranaense, está completando 50 anos de teatro. São 50 gloriosos anos. Sua longa estrada pelos palcos teve início em fevereiro de 1950, quando começaram os ensaios da peça "Primeiro Amor", de Nilo Brandão, com o Grupo Amador Teatro de Adultos do SESI, sob direção de Waldemar Silva. Este foi seu primeiro trabalho. Em seu segundo trabalho, Lala Schneider já foi protagonista de desde então ela nunca

mais deixou de atuar. São 50 anos ininterruptos de trabalho no teatro.

Em meio aos muitos papéis que já interpretou, destacamos um com imagem do indiozinho que era o símbolo da TV Tupi e que era tão importante na época como o logotipo da TV Globo para a atualidade. Das novelas em participou, estão: “O Direito de nascer”, um grande trabalho, no qual interpretou a Dona Conceição.

Por estas cinco décadas, Lala Schneider trabalhou como atriz e diretora, mas jamais assinou uma única produção. Foi contratada por 18 meses pela Rede Globo, tendo montado um apartamento no Rio de Janeiro. Participou nas novelas “Lua Cheia de Amor” e “Felicidade, e também da minissérie “Tereza Batista”. Terminado seu contrato, retornou à nossa capital, onde continuou sua jornada de sucesso.

Morando na Vila Hauer, bairro da nossa capital, há 40 anos, Lala Schneider atualmente cuida da sua Escola de atores. Sempre muito dinâmica, tem espalhado além de seu sucesso, seu talento, ensinando atores que nela se espelham para alcançar o estrelato.

Lala Schneider é um dos orgulhos paranaenses, pois sempre levou nosso nome ao mais alto lugar entre as estrelas do país.

Pela comemoração dos seus 50 anos de teatro, receba a atriz Lala Schneider, os votos de aplausos e congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Regional do SESC/PR (Visconde do Rio Branco, 969, Ctb.a.) e à Federação do Comércio do Paraná (mesmo endereço), pela realização do SESC TRIATHLON, Paraná ano 12, em Caiobá, em data de 20/02/2000.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Domingo, 20/02/2000, ocorreu a 11ª Edição do SESC TRIATHLON, que contou com a presença de 530 participantes. Destes atletas, 40 estavam concorrendo pela categoria profissional, 25 homens e 15 mulheres, o que representa 7,5%. Entre 490 atletas amadores, a idade dos participantes variava entre 12 e 70 anos.

A prova foi dividida em três etapas: a primeira etapa, com largada, às 9:30 hs foi a de natação, num total de 1.500m na Praia Mansa de Caiobá. A segunda etapa foi o ciclismo, num total de 40 Km, realizado na Av. do Contorno, em Matinhos e na Rodovia Alexandra-Matinhos (PR 508), que ficaram parcialmente interditadas no período da manhã. Depois, veio a corrida, com 10 Km realizados na Av. Atlântica.

O sol e a temperatura agradável na manhã do domingo, em muito ajudou a realização da prova. Na categoria amador, a largada foi às 08:00hs, com dis-

tância “short”, 750m de natação, 20 km de ciclismo e 5 km de corrida, que teve como primeiro colocado do geral na categoria amadores masculino Eduardo José Keleinubing, de Montenegro (RS), com a marca de 56 minutos e 26 segundos. Na categoria amador-feminino o melhor tempo ficou com a curitibana Cláudia Rocha Costa de Lima, em 1 hora, 6 minutos e 25 segundos.

Os atletas imprimiram um ritmo muito forte à competição, o que pode ser percebido até na redução do tempo total entre início e término da prova. Outro resultado que indica tal desempenho refere-se à quantidade um pouco maior de acidentes, principalmente na etapa do ciclismo.

No profissional masculino, quem conseguiu a Segunda vitória consecutiva na prova paranaense foi Juraci Moreira Jr., com o tempo de 1 hora, 51 minutos e 24 segundos (diminuiu o tempo em 3 minutos e 56 segundos, com relação ao ano passado). O paulista Santiago Alves foi o segundo colocado e em terceiro veio o norte-americano Ken Glah. Luiz Fernando Catta Preta, o Catinha, também de Curitiba, foi o 5º colocado.

No profissional feminino, a brasileira Mariana Ohata foi a primeira colocada, com o tempo de 2 horas, cinco minutos e 6 segundos (que diminuiu o tempo em 9 minutos e 23 segundos). A Curitibana Vanessa Cabrini obteve a terceira colocação e outra curitibana, Katia Farias Ruschel, ficou com o sétimo lugar.

As provas, realizadas dentro do mais alto nível técnico, teve a iniciativa do SESC Paraná e apoio da Federação do Comércio do Paraná.

Pela realização deste importante evento, receba o Sr. Amauri Ribas de Oliveira (Diretor Regional do SESC/PR) e o Sr. Rubens Brustolin (Presidente da Federação do Comércio do Paraná), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Clube da Melhor Idade Renascer (R. João Régis, 99 - Centro - Paranaguá/PR) pela posse de sua nova Diretoria, para o Biênio 2000/2001.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Melhor Idade Renascer, com sede no Município de Paranaguá, em eleição realizada em janeiro deste ano, deu posse à sua nova Diretoria para o biênio 2000/2001, que ficou assim composta:

Presidente: Juliana E. Bucenko

Vice-Presidente: Maria Rocio C.Cecheleiro

1ª Secretária: Angela Maria Cabral

2ª Secretária: Rosemary E. Karpe

1ª Tesoureira: Laurinha M. Santos Dias

2ª Tesoureira: Mezi Pereira de Mello

Dep.Patrimônio: Merchiades Mendes

Dep. Assist. Social:

Leidir Rosa B.Ferreira

Almecinda C.Dos Santos

Cecília B. do Carmo

Neusa M.da Silva

Dep. Comunicações: Maria Eli Scremim Berlim

Dep. Social:

Maria do Rocio Xavier

Diva R. Manassés

Dep. Lazer e Esporte:

Emilia P.R. Tramujas

Donizarth do P. Morato

Dep. Prom. Divulgação:

Pedro Gomes

Zuleide E. Macaggi

A toda a nova Diretoria eleita, com desejos de muito sucesso na gestão, recebam os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o douto Plenário, Votos de Louvor e Congratulações aos Excelentíssimo Senhores: Cândido Martins de Oliveira, digníssimo Secretário de Estado de Segurança Pública, e o Coronel Guaraci Moraes Barros, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, pela lucidez, firmeza e coragem na condução das negociações quando da invasão de assaltantes a uma residência em Bocaiúva do Sul ocasião em que fizeram reféns duas crianças e a empregada da família. Depois de 18 horas de estratégica negociação os assaltantes se renderam e as reféns saíram ilesas. Apesar do clima de violência que se arrastou durante horas, o desdobramento do caso teve um final de sucesso já que pelo profissionalismo da nossa polícia foi evitado uma grande tragédia com as crianças envolvidas.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade paranaense tem orgulho de ter o Doutor Cândido Martins de Oliveira como um dos melhores Secretários de Segurança que esse Estado já teve em suas fileiras. Um homem certo no lugar certo. Com sensibilidade social e visão política. Com coragem e dedicação. Além de ter um grande Comandante a frente da Polícia Militar do Paraná, Cel. Guaraci Moraes Barros.

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Votos de Congratulações à Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO, pela performance realizada no ano de 1999, com brilhante desem-

penho na economia, apresentando números expressivos de superávit financeiro e de exportação de grãos e de seus derivados, inclusive com distribuição de dividendos entre seus associados.

Requer, outrossim, comunicação ao feito ao Senhor José Aroldo Galassini, Presidente da COAMO em Campo Mourão, bem como à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, na pessoa de seu Presidente, João Paulo Koslovski.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa do País publicou matéria importante sobre a maior cooperativa singular da América do Sul, com 17 mil associados, a COAMO, de Campo Mourão. Notificam os meios de comunicação que a receita da COAMO, superou os R\$1,2 bilhão de reais em 1999, com movimento de receita 27,5% superior a 1998, com um lucro de R\$68,5 milhões de reais.

O jornal "Gazeta Mercantil", do dia 11.01.2000, com o título "Receita da COAMO supera R\$1,2 bi em 99", dá informações importantes sobre essa cooperativa. Transcrevemos alguns tópicos dessa matéria:

"Com aumento de 20,84% sobre o resultado anterior, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO) teve sobras líquidas de R\$68,57 milhões no exercício que se encerrou em dezembro último. O faturamento global de R\$1,2 bilhão superou em 27,5 a receita bruta de R\$964,59 milhões, obtida em 1998, quando o lucro da empresa foi de R\$56,74 milhões".

"Segundo José Aroldo Galassini, presidente da COAMO, os bons resultados da cooperativa refletem a realidade vivida pela agricultura, com um ano de safra cheia e, excetuando o momento do ajuste cambial, em janeiro de 1999, o produtor conseguiu boa remuneração pela produção, especialmente da soja".

No caso específico da soja, o volume recebido pela COAMO correspondeu a 5,2% da produção brasileira e 20% da paranaense, enquanto que no caso do milho, ficou com 2,5% da safra nacional e 9,5% da produção paranaense.

Na exportação de grãos e derivados, a COAMO conseguiu despachar 872,4 mil toneladas através do Porto de Paranaguá.

Sua receita aumentou em 12%, faturando US\$148,47 milhões com as exportações de 1999.

De parabéns estão a Diretoria da COAMO e seus 17 mil associados, dos quais 75% são pequenos e mini produtores rurais.

Seu exemplo enaltece o Paraná e o Brasil, mostrando que, se bem conduzidas, as cooperativas agropecuária poderão melhorar o desenvolvimento e o produto interno bruto do País, dando inclusive dividendos a seus associados, como tem feito regularmente a COAMO.

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner e à Secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba, solicitando providências no sentido de liberar verbas para que seja realizada uma reforma urgente no Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez, em Ponta Grossa.

A situação do referido Instituto está crítica, pois das 36 salas de aula, apenas três não possuem goteiras. O anfiteatro, que tem uma das melhores acústicas da cidade, também está em condições precárias, com o forro e as luminárias caindo, e não poderá ser usado para eventos este ano. Sem contar que quando chove os corredores, as salas de aula e de reuniões alagam, o ginásio de esportes inunda, o espaço da biblioteca torna-se inviabilizado e livros molhados. A estrutura, divisória, armários, todos de imbuía, estão apodrecendo.

Além destes problemas, há um vazamento crônico que não permite que a caixa d'água fique cheia e com isso não dá pressão suficiente para que a água circule nos canos.

Esta é uma parte da realidade que os 1.700 alunos do Instituto deparam todos os dias. A referida condição precária já se prolonga por seis anos e a situação vai se agravando cada vez mais, sem que seja atendido o pedido de reformas.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, ao Diretor Administrativo do IPE, Dr. Adolfo Aguilar Júnior e ao Secretário Especial para Assuntos da Previdência, Renato Follador Júnior, solicitando providências quanto ao pagamento de contas em atraso junto aos hospitais, clínicas médicas, consultórios, farmácias e outros em Ponta Grossa.

Devido ao atraso nos pagamentos os referidos departamentos não estão mais atendendo ou fazendo internamentos através do Instituto de Previdência do Estado do Paraná e somente dois laboratórios estão realizando alguns exames. Os Servidores Públicos Estaduais de Ponta Grossa, e região têm de se deslocar até Curitiba, caso necessitem receber atendimento médico-hospitalar.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, à Mesa Executiva desta Casa Legislativa, as seguintes providências:

1 - Informe por escrito ao Deputado subscritor do presente, se o ex-Deputado Nereu Carlos Massignan (1986-1990) encontra-se aposentado pelo extinto FEPPA. Em caso afirmativo, desde quando encontra-se nessa situação e quais os valores que o mesmo recebeu a título de pagamentos durante todo esse período e qual o valor mensal atual que recebe;

2 - Encaminhe-se expediente ao setor de Recursos Humanos da Casa Civil, solicitando informações por escrito sobre a situação funcional do bacharel Nereu Carlos Massignan. Sabe-se que o mesmo estaria gozando de aposentadoria proporcional por tempo de serviço, como servidor da Casa Civil. Caso afirmativo, informe-se quanto percebe mensalmente, qual o cargo que exerceu e em que período e desde que época foi-lhe concedida mencionada aposentadoria proporcional;

3 - Encaminhe-se expediente ao setor de Recursos Humanos da Casa Civil, solicitando informações por escrito sobre a situação funcional da servidora Silvana Gusso, constando qual a disponibilidade funcional que a mesma detém, cargo que ocupa e respectivos vencimentos.

Sala das Sessões, em 22.02.00.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 034/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir o Núcleo Regional de Educação de Nova Londrina para Loanda.

Art. 2º - Fica também o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder as alterações administrativas necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Loanda é a segunda cidade em importância geoeconômica da microrregião da AMUNPAR, tendo a sua frente somente a Cidade de Paranavaí, e onde estão localizados os Núcleos Regionais das principais Secretarias do Estado. Sua condição de cidade-pólo se comprova por possuir ou ser sede dos seguintes órgãos federais: Posto do INSS, Posto do IBAMA, Posto da Receita Federal, 35ª Delegacia do Serviço Militar do Exército, 17º Tiro de Guerra da 5ª Região Militar; e Estaduais: 2ª Cia. do Batalhão da Polícia Militar, 28ª Circunscrição de Trânsito, sede de Comarca de Entrância Intermediária, Agência da COPEL que atende 8 municípios, Escritório Regional da SANEPAR que atende 5 municípios, Posto

do IPE, Escritório Regional da EMATER, Agência Estadual de Rendas que atende 4 municípios, 20ª Delegacia Regional da Polícia Civil que atende 8 municípios e Posto Policial Rodoviário que atende 12 municípios.

Desde 1976, Loanda foi a sede da 37ª Inspeção Regional de Ensino, cuja abrangência compreendia os Municípios de Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Planaltina do Paraná. Com a transformação das inspeções em Núcleos Regionais de Educação, todos aqueles municípios passaram a pertencer ao NRE de Paranavaí. Em 1993, houve a criação de novos Núcleos de Educação, com o desmembramento de alguns que eram formados por um número excessivo de municípios, dificultando o bom atendimento. Nesta época, através de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Educação, o NRE de Paranavaí foi desmembrado e cuja sede deveria ser Loanda para atender os Municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

Por incompatibilidade político-partidária do então Governador do Estado com o Prefeito de Loanda, naquela época a sede do Núcleo foi instalado em Nova Londrina.

Para os professores, alunos e a comunidade em geral, os municípios mencionados sempre tiveram Loanda como referência microrregional para atender as suas necessidades, por possuir uma estrutura maior nas áreas comercial, industrial, médica, estudantil e de serviços.

Por sua posição geográfica e sua importância econômica com relação aos demais municípios do fundão do Extremo Noroeste paranaense, Loanda pretende, por direito, ser a sede do Núcleo Regional de Educação.

Junto a presente cópia de requerimento firmado por oito prefeitos pertencentes ao NRE de Nova Londrina, ofício do Prefeito de Loanda e quadro comparativo das distâncias.

Para elucidar nossa tese de que Loanda é, geograficamente, mais adequada para atender os interesses educacionais da população, apresento abaixo um quadro comparativo das cidades que hoje são atendidas pelo NRE de Nova Londrina, apresentando as distâncias das mesmas em relação a Loanda:

Cidade Sede	Cidade Abrangida	Distância (km)
Loanda Nova Londrina	Sta. Cruz Monte Castelo	18
	Sta. Cruz Monte Castelo	53
Loanda Nova Londrina	Querência do Norte	48
	Querência do Norte	83
Loanda Nova Londrina	Porto Rico	27
	Porto Rico	62
Loanda Nova Londrina	São Pedro do Paraná	19
	São Pedro do Paraná	54
Loanda Nova Londrina	Guairaça	50
	Guairaça	50

Cidade Sede	Cidade Abrangida	Distância (km)
Loanda Nova Londrina	Planaltina do Paraná	30
	Planaltina do Paraná	65
Loanda Nova Londrina	Santa Mônica	28
	Santa Mônica	63
Loanda Nova Londrina	Santa Isabel do Ivaí	09
	Santa Isabel do Ivaí	44

PROJETO DE LEI Nº 035/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os Cartórios de Registro Civil das pessoas naturais do Estado do Paraná, através de seus oficiais, obrigados a remeter cópias das certidões de óbitos lavradas nos Cartórios Eleitorais da respectiva Comarca, a cada semestre, nos meses de março e setembro de cada ano.

Art. 2º - O não cumprimento da providência acarretará multa, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no valor de 1000 (mil) UFIRs.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Ao ser atingida pela morte de um familiar, além do abalo emocional e transtornos decorrentes da perda de um ente, os parentes do "de cujus" devem adotar inúmeras providências burocráticas como: cartas às instituições financeiras, associações, entidades a que a pessoa falecida estava ligada, etc.

Muitos não têm conhecimento de que o Estado não se encarrega de comunicar o óbito às repartições públicas, como no caso da Zona Eleitoral onde estava inscrita a pessoa falecida e ao Instituto de Identificação.

Assim, visando evitar, como tem ocorrido, convocações de pessoas já falecidas para atuarem politicamente, entendemos que a comunicação do óbito ao Cartório Eleitoral da Comarca respectiva possibilitará melhor atualização dos cadastros de eleitores.

É pela necessidade do serviço que será oferecido à população que solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 036/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Cabe às Faculdades Estaduais mantidas pelo Estado do Paraná reservar, anualmente, um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes, residentes no Estado, que tenham concluído curso médio (secundário) em escola pública estadual.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo valorizar o ensino e os alunos da escola pública paranaense, reconhecendo a estes as necessárias oportunidades de prosseguirem seus estudos em condições aceitáveis e possíveis, de forma a lhes ensejar reais chances de acesso às instituições públicas de ensino superior.

As universidades públicas existem mesmo para oferecer condições a alunos provenientes de famílias menos favorecidas. Por esta razão, consideramos oportuna a presente iniciativa, uma vez que os alunos mais carentes são exatamente aqueles egressos da rede pública de ensino, que por razões óbvias não dispõem das qualificações alcançadas por alunos provenientes de escolas particulares.

Tal realidade somente será revertida, ao longo do tempo, com ações efetivas que busquem realmente valorizar as escolas públicas e aqueles que as freqüentem.

PROJETO DE LEI Nº 037/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a realizar exames gratuitos de DNA (Ácido Desoxirribonucleico), através da Secretaria de Estado da Saúde, a famílias com rendimento mensal de até (três) salários mínimos.

Art. n° 2º - Para o efeito do disposto no artigo anterior, o poder público poderá contratar serviços de laboratórios particulares, por procedimentos normais de licitação, até que o Governo providencie condições para fazê-lo por conta própria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Um laboratório de Curitiba está promovendo uma verdadeira "liquidação" para que mais pessoas tenham

acesso ao exame de DNA, que identifica a paternidade. O médico Salmo Raskin, do Laboratório Genetika, conta que em janeiro foram feitos 107 exames por determinação judicial. Ele lembra que em janeiro do ano passado fez apenas 35 testes de paternidade, particulares e judiciais. Para atrair tanta gente, o Genetika está cobrando pelo exame R\$ 650,00. O preço normal no laboratório é R\$ 1.290,00.

As informações acima, publicadas no jornal Gazeta do Povo (segunda-feira, 7 de fevereiro de 2000), chamam atenção para um problema bastante sério no que se refere à falta de programas e serviços públicos a proporcionar condições de acesso de famílias carentes aos testes do DNA.

Consta, ainda, segundo a reportagem do referido jornal, que no final de 1999 cerca de 3.500 mães tentavam provar a paternidade de seus filhos junto à Promotoria de Investigação de Paternidade e na Vara de Registros Públicos, somente em Curitiba. Considerando-se a proporção de habitantes que o Paraná possui no interior, cerca de 3/4, teremos a média total de 12 mil mães paranaenses passando por tais dificuldades, com seus filhos crescendo sem o reconhecimento formal dos pais e conseqüentemente desprovidos de quaisquer direitos decorrentes da paternidade.

Trata-se de problema que produz reflexos negativos à sociedade, sem nenhuma dúvida, pelo fato de que estas milhares de crianças crescem desamparadas do lado paterno e se desenvolvem enfrentando grandes preconceitos logo nos seus primeiros anos de vida. Acrescentamos o argumento de que na adolescência e na juventude estas milhares de pessoas também passarão por conflitos psicológicos ao freqüentarem bancos escolares ou quando da regularização de documentos indispensáveis para o exercício da cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 038/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "PROVOPAR - Ação Social Municipal de Corbélia", com sede e foro no Município de Corbélia / PR, na rua Amor Perfeito, 1616, Centro - CGC 80881485/0001-09.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem por finalidade o reconhecimento como sendo de Utilidade Pública o "PROVOPAR - Ação Social Municipal de Corbélia", sendo que tal entidade cumpre todos os requisitos necessários à presente iniciativa, quais sejam: Ata de Fundação; Ata de Posse da atual Diretoria; Estatuto

Social; Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; Declaração de Registro de Entidade Social; Lei de Declaração de Utilidade Municipal; Certidão Negativa do Tribunal de Contas; Certidão de Registro no Conselho Municipal de Assistência Social; Relatório Anual de Atividades referentes ao ano de 1999; CPF e RG da Presidente atual.

Trata-se, pois, de justa reivindicação da comunidade de Corbélia, à frente o Prefeito Clóvis João Bombarda, cujos objetivos vem cumprindo com exemplares resultados em prol da população menos favorecida. Como diz no seu Estatuto Social, o PROVOPAR de Corbélia “é um órgão sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, com prazo de duração ilimitada” e tem justamente a finalidade de angariar recursos de diversos meios, com a finalidade de proporcionar iniciativas e programas de atendimento a pessoas carentes.

PROJETO DE LEI Nº 039/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Oásis, programa Casa de Apoio para pessoas com AIDS, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Oásis, programa “Casa de Apoio” para pessoas com AIDS, tem por finalidade abrigar e prestar assistências dia-a-dia a pessoas com AIDS, que não contam com apoio familiar ou de amigos, não possuem renda própria e não têm onde morar.

Realizar trabalho de apoio psicossocial e espiritual, visando dar suporte emocional à pessoa no momento de crises e desenvolver estratégias que contribuam, na medida do possível, para a reinserção à sociedade, ao trabalho e à família.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel do Projeto Oásis, programa “Casa de Apoio” para pessoas com AIDS, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Uso a tribuna neste momento para fazer algumas considerações a respeito daquilo que tem acontecido na Assembléia, especialmente, com as repercussões do que aconteceu aqui ontem, do debate entre o Líder do Governo e o nosso Líder do PT, Ângelo Vanhoni. O Senhor Líder do Governo disse que o Deputado estaria generalizando e, não poderia generalizar porque isso implicaria todos os Pares desta Casa.

Mas ouvindo hoje alguns programas nas emissoras de rádio de Curitiba, ouvindo a notícia do jornal, nós temos percebido que todas as notícias têm incluído a nós todos, nesse processo.

Vimos, também na imprensa que a Assembléia Legislativa vai processar quem disse ou desdisse ou falou sobre dos 3,4 milhões que vieram de Londrina.

Gostaria de fazer uma solicitação à Mesa desta Casa, em especial ao Senhor Presidente, que antes de qualquer ação, em primeiro lugar que se separasse e deixasse bem claro quem é quem nesse processo todo.

Nós, Deputados de 54, não podemos ser envolvidos num processo ou num episódio ou num fato em que houve uma iniciativa de uma CPI e, que de repente alguns deputados retiraram as suas assinaturas. Hoje todos nós somos tratados pela imprensa nesse país, até por que o Estado de São Paulo tem dito a mesma coisa: que a Assembléia Legislativa do Paraná criou e extinguiu uma CPI, em 48 horas.

É preciso deixar bem claro, quem é quem. Gostaria que esse cuidado fosse tomado pelo Presidente da Casa, nessa iniciativa. Nós não podemos ser tratados da mesma forma por aquilo que não somos responsáveis ou por aquilo que nós não devemos.

Claro e tenho certeza que o bom senso, a parcimônia do Senhor Presidente tomará o devido cuidado para que esse assunto seja encaminhado de forma adequada extra-plenário da Assembléia Legislativa.

Mas, queremos dizer também com relação à generalização, que participamos do Fórum de Usuários das Rodovias em Londrina, junto com os Deputados José Maria e Divanir Braz Palma. No dia seguinte do fórum, onde todos os presentes puderam externar as suas idéias, de repente o coordenador sai numa entrevista em duas páginas na “Folha de Londrina”, dizendo que os Deputados do Paraná não tiveram a coragem de cobrar do Governo, realmente os contratos que eles tinham conseguido via “Folha de Londrina”.

Essa generalização é muito perigosa, porque cada um e nós tem a sua personalidade, a sua ideologia, a sua conduta política, a sua conduta no plenário e extra-plenário. Não é possível então que nós a todo momento sejamos responsáveis por aquilo que não fizemos. Todos nós e todos os Deputados - o Deputado Divanir estava lá, sabe que quem lutou para a implantação da CPI do pedágio, para buscar informações a respeito das concessões das rodovias foram os Deputados da Oposição especialmente e, principalmente, a partir do serviço capitaneado pelo Deputado Péricles Melo. No entanto, nós estamos

pagando, Senhor Presidente, nós, Deputados, de uma maneira geral, por atos que não praticamos ou por atos que não podem ser atribuídos a nós, individualmente e nem à Casa. Porque é preciso separar, claramente, quais são os responsáveis pelas ações políticas ou pelo próprio discurso nesta Casa.

Portanto fica aqui a minha solicitação, o meu apelo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, a respeito do que muito bem coloca o Deputado Hermes Fonseca, tem a esclarecer que a Mesa tem pedido, com insistência, para que se mantenha a calma, o equilíbrio e o bom senso. Aliás, este trinômio sempre serviu de norte não só para esta Presidência como para toda a Assembléia Legislativa. É evidente que nós não podemos admitir - em momento algum, a generalização. Ela nunca é boa para ninguém em momento algum. E a Assembléia Legislativa, a Mesa Executiva está tomando todas as providências de maneira efetiva, Deputado, para que não se fique sem resposta à sociedade para acusações que possam macular a imagem deste Poder.

Nós, há pouco, e hoje durante o dia todo estamos nos preocupando com isso, temos também uma reunião hoje, da própria Mesa Executiva mas já tomamos providências imediatas para que não se fique sem resposta qualquer tipo de acusação. Em momento algum acusações de quem quer que seja ficariam aqui sem uma investigação ou, muito menos, sem uma resposta. Nós temos o dever de procurar manter a calma, o equilíbrio, a verdade e não vamos permitir que algumas pessoas manchem o nome - num momento tão especial que vive esta Casa, durante este período legislativo.

Portanto, peço tranquilidade aos Senhores Deputados, confiança na Mesa Executiva de que iremos envidar todos os esforços para que não maculem a imagem deste Poder. A velha “estória” do travesseiro aberto em cima do morro onde as penas se espalham e a juntada dessas penas torna-se difícil. É uma realidade. Convivemos com este triste episódio de denúncias, de falcatuas, de ameaças e assim por diante. Mas nós vamos apurar tudo isso e não vamos deixar nada sem resposta.

Só pedimos que mantenham a calma, o equilíbrio, o respeito entre todos e o bom senso. E cumprimento V. Exa., Deputado Hermes, porque, realmente a generalização não é boa em momento algum. Até porque a mesa tem reiterado que acredita muito nas pessoas de bem que fazem parte deste Poder, hoje. A Assembléia Legislativa do Paraná há muitos anos não se vê envolvida em nenhum tipo de escândalo e não vai começar a fazer carreira agora, até porque nós nos conhecemos mutuamente. Sabemos quem somos, a que viemos e de onde viemos.

Portanto, é preciso que se mantenha a calma.

Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Vim à tribuna hoje e deveria ter feito isso no início dos trabalhos, mas não tive essa possibilidade em função do problema de expediente da Casa e até mesmo de viagem, mesmo que um tanto quanto tardiamente, fazer um registro e deixar claro que não é um registro de caráter político, mas muito mais um registro de caráter pessoal e um registro de caráter de justiça, queremos que se estabeleça no Estado do Paraná em relação ao fato triste, profundamente lamentável que enlutou a sociedade do Município de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba.

A morte do Diretor da Corretora BANESTADO, Miguel Siqueira Donha que ocorreu no dia 23 do mês passado, vítima de uma tocaia, vítima de uma ação premeditada daqueles que executaram a tarefa em nome não sei de quem e nem por que motivo isto fizeram.

Não seria eu leviano neste momento de chegar aqui e fazer acusações, até porque a polícia ainda não chegou ao final das investigações do seu inquérito policial, mas lamentavelmente pelo que tem chegado ao nosso conhecimento, pelo que tem passado pela cabeça da população do Município de Almirante Tamandaré, isto nos deixa bastante preocupados, porque Miguel Siqueira Donha, - qual a razão e motivo de se premeditar um assassinato ou se não era um assassinato era, como disse o elemento preso, para dar um susto porque vinha ele se movimentando politicamente no município, juntamente com outros companheiros, formando uma base política, sei lá se com intenções ou não de disputar a prefeitura. Como disse, não vou entrar na questão política, até porque eu não tenho elementos que comprovem esta ação, mas o que quero deixar claro aqui é que me deixa bastante preocupado o fato que aconteceu, exatamente com a pessoa com quem aconteceu, uma pessoa com uma conduta ilibada. Podem fazer qualquer tipo de levantamento durante todo o período em que ele trabalhou no Banco do Estado do Paraná, passando pelas posições de gerente, de diretor. Não foi nomeado no Governo Jaime Lerner; muito pelo contrário, tinha muito mais ligações com o Governo de Álvaro Dias, de Requião do que com este governo. Portanto, era uma pessoa boníssima, uma pessoa que não tinha voz para ninguém, nem até para fazer uma oposição política no seu município. Era uma pessoa de bom caráter e que, lamentavelmente, teve a sua vida prematuramente ceifada por uma ação que até agora a polícia ainda não conseguiu esclarecer direito e que a gente espera que isso venha a acontecer nas próximas horas.

Por esta razão, fazendo coro ao que já aconteceu no Congresso Nacional, estou encaminhando um requerimento à Mesa para que se encaminhe toda a documentação que tenho aqui em mãos e que já está na mesa também, e algumas proposições, por exemplo, do Deputado Federal Rubens Bueno que solicitou à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, para que análide o caso “Donha”.

Da mesma forma também o Senador Roberto Freire, e eu estou pedindo também para que essa documentação vá à nossa Comissão Especial de Investigação que está montada nesta Casa, para que analise com profundidade alguns indícios de que possa haver aqui uma ação de crime organizado. Não sei a mando de quem, não sei com interesse de quem e por quê.

Então, por esta razão esta Casa não poderia ficar calada muito menos eu, por ser amigo pessoal de Miguel Siqueira Donha, por ser da cidade, a qual também eu tenho uma parte política naquela região onde estão meus familiares, familiares da minha esposa, me sinto no dever e obrigação de pedir a esta Casa, e especialmente a esta Comissão que analise com carinho, porque pelo que a gente tem recebido de informações, alguns fatos levam a um interesse de eliminação, não sei porque motivo, se é motivo político, se é motivo pessoal, eu, cá para mim, eu tenho certeza absoluta que conhecendo a figura de Miguel Donha, conhecendo a sua esposa D. Iara, conhecendo os seus três filhos, e a relação de amizade, um homem ligado ao Rotary Club, ao Lions Club, um homem ligado à sociedade de Almirante Tamandaré, não tinha inimigos, não era homem de fazer frente a qualquer discussão política, era muito cauteloso acima de tudo, até mesmo pela sua complexidade física, por ser um homem de pouca estatura, miúdo, tinha muito cuidado.

E o que se viu nesses relatos aí até do elemento preso já, é de que haviam duas pessoas marcadas para levar um susto, que era o elemento Valter Johnson e o companheiro Miguel Siqueira Donha, e quis o destino lamentavelmente, quis esta ação doida deste marginal, que ao sair de um casamento com a família, Miguel Donha retornava para sua casa em Almirante Tamandaré, numa chácara, e quando chegava no portão, dois elementos lhe deram a voz, não deram a voz de assalto, que é interessante! começa por aí.

Não lhe deram voz de assalto, mandaram que ele passasse para o banco traseiro, se fossem assaltantes teriam rendido o casal, levado para o interior da casa, roubado jóias, dinheiro, carro e tudo mais, e isto não o fizeram, não havia experiência, como repórter policial de tantos anos tenho certeza, que também é impressão de alguns companheiros que fazem parte deste trabalho, deixa entender e depois até a declaração do elemento na delegacia, de que há 30 dias ele estava fazendo a campanha, estava acompanhando os passos, tanto de Miguel Siqueira Donha, como de Valter Johnson.

Então, isto é o suficiente para descaracterizar o crime de assalto, o crime de latrocínio, alguma coisa tem por trás, e a gente quer então, que a nossa comissão passe a ouvir as pessoas, até porque D. Iara também já prestou depoimento, para que as coisas fiquem devidamente esclarecidas.

Volto a repetir, que não seria leviano de subir a esta tribuna aqui e acusar esta ou aquela pessoa, mas me causa surpresa, me causam dúvidas e nós queremos que estas dúvidas sejam sanadas, seja esclarecidas, porque ontem,

exatamente ontem completou-se 30 dias deste brutal assassinato e até agora a polícia ainda, em que pese todo o seu trabalho, ainda não deu uma resposta do que aconteceu, e por que foi assassinado, Miguel Siqueira Donha.

Por esta razão encaminhando à Mesa, repito mais uma vez, este requerimento, para que todo este material que já foi levado conhecimento a nível nacional, através do Deputado Rubens Bueno e do Senador Roberto Freire, para esta Casa também faça o seu papel de pedir as investigações, e de exigir o esclarecimento do que aconteceu.

E guardaremos evidentemente estas informações, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência tem o prazer de anunciar a presença do Pastor José Alves Silva, a senhorita Selma Alves e do Pastor Fontoura - suplente de Deputado Federal, sejam bem-vindos à nossa Casa.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu quero apenas fazer um adendo à oratória do Deputado Algaci Túlio.

Sou o Deputado mais votado em Almirante Tamandaré e sou o Deputado que representa o Prefeito de Almirante Tamandaré.

Quero deixar bem clara a minha posição, a do Prefeito e do grupo político que comanda Tamandaré e que virou notícia, a nível de Estado.

Quero dizer também que tenho acompanhado através do Dr. Noronha, Dr. Auzen, que são os Delegados, é o chefe e o encarregado da investigação, e temos, eu acompanhado como Deputado, pedido informações, esclarecimentos a respeito do fato, e eles na sua competência e na sua seriedade têm prestado um serviço extraordinário.

E infelizmente nós que muito criticamos a política, de um modo geral, e agora vemos um trabalho extraordinário a mando do Governador do Estado do Paraná e do Secretário de Segurança Pública, Doutor Cândido Martins de Oliveira.

Então, Senhor Presidente, quero deixar bem claro que nós, eu como Deputado mais votado em Almirante Tamandaré, cunhado do prefeito, e que vai se reeleger prefeito, temos um interesse maior, somos os primeiros interessados a ver o caso, realmente, decifrado, com clareza.

Mas, quero, dizer uma coisa aqui, deixar muito bem claro, discordando dos Deputados que propõem Comissões Externas, que a Polícia do Paraná é competente, está o caso hoje de Bocaiuva do Sul, onde a Polícia do Paraná foi lá e o caso está resolvido. Os marginais que assaltaram e mataram essa pessoa em Almirante Tamandaré, também já estão presos.

Senhor Presidente, só a título de esclarecimento, da minha postura, do prefeito de Tamandaré que é do PTB é do nosso interesse, da nossa certeza e segurança que nós cremos, no geral, reservadas e públicas, mas em

casos quando a polícia pega, como foi o caso de Cândido Rondon, ele vai, resolve e decifra o enigma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, queria me solidarizar com o discurso do Carlos Simões. Conheço o Cezar Manfron, sei da lisura, acompanho o Prefeito Cezar Manfron de longa data, e queria me solidarizar na íntegra do discurso de Vossa Excelência, acreditando que, realmente, temos uma polícia competente, que os culpados serão punidos e que não se façam pré-julgamentos que possam prejudicar nesse ano eleitoral, e sabemos que essas coisas, realmente acontecem nas vésperas das eleições para evidentemente, tentar denegrir pessoas que têm reputação ilibada. Fica aqui a minha solidariedade ao discurso do Carlos Simões.

Senhor Presidente, a razão que me traz a esta tribuna hoje, além de saudar a presença de figuras ilustres, que muitas vezes não é do conhecimento da maioria dos nossos companheiros do Plenário, mas que acompanhamos de perto os trabalhos que essas pessoas desenvolvem, temos que prestar a nossa homenagem ao Senhor José Alves, que é Líder do Conselho da Cidade de Paranaguá, é uma pessoa extremamente atuante com relação ao destino do Município de Paranaguá. Também a sua filha, que assessora o Senhor Prefeito Mário Roque, e a pessoa do Perci Fontoura, que é suplente de Deputado Federal apenas por uma contingência do destino, porque ele fez uma votação que muitos Deputados que estão aqui no Plenário não fizeram. A sua votação ultrapassou a casa dos trinta e cinco mil votos e nunca foi Vereador; pela primeira vez foi guindado e escolhido pelo Conselho Político da nossa Igreja, para que fosse levado à vida pública.

Fica aqui a minha saudação ao companheiro Perci Fontoura, que fez uma votação tão expressiva na Cidade de Guaíra, que hoje as decisões políticas do município passam por ele. É um prazer tê-lo nesta Casa.

Senhor Presidente, talvez o discurso que venho trazer pareça um tanto fanático, mas não é. Sob a ótica dos cristãos e das famílias de bem do Estado do Paraná, sabemos que esta festa que o Brasil comemora entre fevereiro e março, o carnaval, é considerado uma festa cênica pelos intelectuais, por aqueles que querem a não colocação da censura em uma série de atos que aparentemente são tidos como atos intelectuais.

Mas, sabemos que homens como Arnold T. (?) e historiadores famosos que são abraçados até pelos discursos daqueles que são ateus e também abraçam a doutrina socialista. Arnold T. (?) disse que não há civilização na história da humanidade que tenha agasalhado este tipo de comportamento que não tenha vindo o juízo sobre todos eles. Vai desde Calígula e Nero a todas as civilizações que tiveram este tipo de comportamento. Que comporta-

mento? O nosso carnaval, no Brasil, que deveria ser uma festa folclórica, para o lazer de nossa sociedade, tem se transformado em verdadeiras orgias a céu aberto, verdadeiros bacanais que nenhuma contribuição tem dado para a formação das famílias.

Ficamos aborrecidos e estou usando a tribuna para dizer que o Paraná não precisa imitar o Rio de Janeiro e outras cidades. Não temos vocação para o carnaval sob o argumento do clima, sob o argumento até das raízes étnicas. Imaginem vermos polacos e ucranianos com unhas encravadas sambando nas avenidas das cidades? Sabemos que não há vocação para isso e não é uma crítica, apenas uma questão de raízes e formações éticas.

No Rio de Janeiro, a criança já nasce sambando. E, não precisamos importar estes carnavais que muitas vezes acabam se tornando verdadeiras orgias e de nenhuma forma contribuem para a formação familiar. Além disso, para a nossa tristeza, querem colocar o carnaval da Capital bem em frente a nossa Igreja. Isto é uma afronta e quero deixar aqui meu manifesto de aborrecimento.

(Utiliza o Horário do PST)

Queria dizer que pela nossa formação não necessitamos de carnavais. Onera os cofres públicos e em nenhuma razão contribui para a formação da nossa juventude. Acredito que não foi um ato premeditado mas apenas por questão de facilidade da localização, mas gostaria de deixar meu manifesto de contrariedade diante do que está acontecendo.

A outra razão que me traz à tribuna é que será apresentado hoje dois Títulos de Cidadão Benemérito. Um para o Senhor Carlos Marchioro, nascido em Rio Branco do Sul e talvez desconhecido por muitos companheiros desta Casa, mas uma figura ilustre, respeitado por toda sociedade pela sua integridade. Tem sido um referencial de dignidade, respeitado por todas as lideranças, pelas autoridades, pela classe política, até pela grande empresa Votorantin, que move a economia do Município de Rio Branco.

Gostaria de pedir aos companheiros que apoiem esta proposta de Título de Cidadão. As duas vieram na mesma data mas foram colocados em datas diferentes já há dois anos; e está vindo para esta Casa agora, esta Casa de Leis, e gostaria de ter a aprovação de todos os senhores.

Primeiro, Carlos Marchioro, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, com trabalhos e projetos na área da assistência social e da cultura, de apoio e orientação às famílias carentes, procurando reintegrá-las à comunidade, à sociedade. Carlos Marchioro é, realmente, portador de um alto espírito de solidariedade humana, pessoa amada, estimada. É o mínimo que podemos fazer para reconhecer esta figura, que é um referencial de dignidade na Cidade de Rio Branco do Sul e em toda a região.

Outra pessoa é o Senhor José Anunciação dos Santos, residente na região de Campo Mourão. Tenho certeza de que os políticos da região irão referendar com lou-

vores esta iniciativa, dele e do Senhor Marchioro, que é membro do Conselho Diretivo da Confederação Evangélica de Assistência Social e tem prestado um trabalho inestimável, sem onerar os nossos cofres públicos. E durante três mandatos tem participado do Conselho Deliberativo da Confederação Evangélica de Assistência Social. Tem participação na vida pública como membro do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Município de Campo Mourão e atualmente é membro do Conselho Municipal de Assistência Social e Presidente da Assistência Social Bom Pastor, naquele município.

Seu eu fosse mencionar todas as virtudes de José Anunciação e Carlos Marchioro, evidentemente tomaria horas aqui, e tenho certeza que não há necessidade, porque os companheiros da Casa estão acompanhando na justificativa, na Ordem do Dia, e gostaria de agradecer a todos que referendarão o nome destas duas pessoas como Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Beraldin.

Antes, porém, esta Presidência quer anunciar a presença do Presidente da Câmara de Capitão Leônidas Marques, Vereador Cleverson Dalla Valle. Seja bem-vindo, Vereador, a esta Casa.

O SR. BERALDIN

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Temos vivido, nestes dias, momentos de tensão. Por parte de parlamentares, alguns discutindo questões oportunas, outros debatendo e quase indo às vias de fato, como percebemos ontem, o Deputado Vanhoni que discutia com o Deputado Rossoni, vamos discutir de homem para homem, de Deputado para Deputados, CPI Oposição contra Situação, debates que podem ser importantes mas que não são fundamentais para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná, penso eu, quer debater assuntos que sejam do interesse do desenvolvimento do Estado do Paraná. Penso que os Deputados Estaduais deveriam ser aqui os porta-vozes dos produtores. Penso que os Deputados Estaduais deveriam trazer à baila, aqui na Assembléia Legislativa, como anda a produção do feijão no Estado do Paraná; como anda a produção do açúcar, da cana, como anda a produção do milho, do soja, do trigo, como anda a agroindústria no Estado do Paraná. Aonde, em que região estamos vendo o crescimento da plantação de frutas, produto que poderia gerar empregos e renda para nossa população.

Gostaria de ver os Deputados na tribuna para discutir estas questões, que são fundamentais, como já disse anteriormente. Por exemplo, gostaria de ver o Deputado Edno Guimarães, que tem feito isto em outras oportunidades, falando da questão do algodão, da seda, do rami, da importação, da exportação, enfim, este é o

Plenário que eu gostaria de ver. E também gostaria de sugerir aos Senhores Deputados e a essa Mesa que envie uma comissão ao Estado de Goiás ou ao Estado de Mato Grosso para ver o desenvolvimento agroindustrial que tiveram aquelas regiões.

Então me veio a seguinte sugestão, por exemplo, nós poderíamos mudar o discurso crítico para o discurso produtivo. Poderíamos formar aqui câmaras da indústria e do comércio, uma câmara da habitação popular, uma câmara da ecologia, da agroindústria, uma câmara do incentivo ao emprego, uma câmara da reforma agrária, uma câmara do desenvolvimento urbano. Enfim, organizaríamos os Deputados cada um com sua vocação, cada um com sua bandeira regional do setor produtivo, não apenas do setor político. Acho que o Deputado vai se inserir na história do Estado do Paraná quando ele se integrar e quando ele for se desenvolver junto com a economia do nosso Estado do Paraná, para que nós, enquanto representantes populares, possamos chegar no Governo com uma proposta concreta na questão do algodão, para que nós Deputados aqui na questão da seda, por exemplo, que conheço bem, o Paraná é o maior produtor de seda do Brasil e o segundo do mundo e o Paraná tem aqui 70% da seda, da produção nacional.

No entanto a nossa produção é exportada para que a Itália faça o fio, a tecelagem, a tinturaria, estamparia e o processo completo e isto vai embora a nossa matéria-prima e não gera emprego e não gera renda. Precisamos acompanhar esta gente que trabalha na agricultura para aproximá-los daqueles que exportam, precisamos nos inserir no processo produtivo do Estado do Paraná para mudarmos o enfoque da política, para mudarmos o debate, para sairmos da baixaria para irmos para o setor produtivo.

Não queremos ver Deputados aqui brigando um com outro, não queremos ver Deputado ofendendo Deputado da situação e vice-versa. Queremos ver o Deputado associado como setor produtivo do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Deputado Beraldin, Deputado que respeitamos da nossa Bancada, e ele está certo. Quando a Casa tem condições de falar sobre o que produz, sobre o crescimento, sobre o desenvolvimento, sobre a boa aplicação do recurso público é uma casa que enaltece, com certeza, não só a si, mas sobretudo a sociedade a quem ela presta e serve. Entretanto, não podemos fugir a responsabilidade de fiscalizar, acompanhar e sermos o representante da população nos interesses maiores quando lhe dizem respeito.

Volto a esta tribuna, não por desejo, Senhor Presidente, mas muito mais por compromisso à minha con-

ciência, ao meu mandato, porque denunciar, mostrar, apontar os erros daqueles a quem tem responsabilidade de encaminhar a boa aplicação dos recursos públicos nesse País, e na nossa sociedade em que vivemos, não só se transformou em direito, mas numa obrigação de todo aquele que se diz representante de uma parcela da população.

Os jornais, como ontem e como a semana inteira trazem mais informações a respeito do triste e lamentável episódio de Londrina. E hoje, ontem, na data de ontem, o escritório de advocacia do Doutor Mauro Hiamamoto entrou com ação popular que solicita o cancelamento do contrato pela compra das ações da SERCOMTEL pela COPEL; e outra, uma liminar que cancela o contrato e estabelece assunção de ressarcimento de futuros prejuízos ao erário público das decisões tomadas quando daquela compra.

Por isso, Senhores Deputados e Senhora Deputada, mais premente se faz a instalação de uma CPI da COPEL, SERCOMTEL, Prefeitura de Londrina e Banco FonteCindam; porque caso contrário nós seremos ultrapassados pela sociedade, e amanhã nós teremos aqui, Senhor Presidente, as entidades e classes todas sentadas, aonde seria e deveria ser a tribuna de honra dessa Assembleia e desse Plenário, a requerer a Constituição de uma CPI para que possa esclarecer a duvidosa compra e o duvidoso contrato estabelecido entre a Prefeitura de Londrina e a COPEL.

A Lei Orgânica do Município de Londrina estabelece que precisa ser por licitação, e venda em bolsa. E nada disso se fez, não se licitou, não se fez em bolsa. Deputado Caíto Quintana, se fez uma venda casada e ainda triangulada, aonde quem deveria de receber os recursos era o Município de Londrina, e foi pago ao Banco FonteCindam pela COPEL, uma operação, que no mínimo, merece desta Casa a explicação daqueles que têm a responsabilidade por esta condução.

E o PSDB, o seu Diretório, reunido na data de ontem, resolveu por deliberação majoritária emitir a seguinte nota:

(Lê):

“O Diretório Estadual do PSDB, através da sua executiva, em face dos fatos que vêm sendo apurados pelo Ministério Público de Londrina, envolvendo a administração municipal manifesta sua inquietação com os delitos que vêm sendo divulgados com profundos reflexos na vida política do Paraná.

Ainda a ação das 87 entidades de classe, representando toda a comunidade londrinense, reagindo com intrépida coragem contra os fatos envolvendo a administração municipal, merece integral e irrestrito apoio do PSDB do Paraná.

A publicação no jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 20 de fevereiro de 2000, com detalhes e relatos da maior gravidade envolvendo, a nível nacional, figuras da vida política estadual, exige objetivas explicações e

contestações, em não sendo verdadeiros os fatos ali fartamente noticiados.

Diante desses fatos a omissão não é a melhor conselheira. O PSDB paranaense entende que os fatos que estão ocorrendo em Londrina, com repercussão na política estadual, exige que se esclareça com absoluto rigor tudo o que é de conhecimento público.”

Esta Casa, também, Senhor Presidente, pela sua lisura, transparência e história, chegará ao momento da aceitação da implantação da constituição da CPI da COPEL-SERCOMTEL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, nobres Pares.

Retorno a esta tribuna, nesta tarde, para melhor esclarecer a razão do nosso projeto, que ontem tivemos o prazer de protocolar, inclusive, a pedido do Deputado Antônio Carlos Baratter, que nos procurou para tirar algumas dúvidas. Acredito que seja dúvida de muitas pessoas. Aproveitando o termo usado por muitas pessoas, aproveitando o termo usado pelo Deputado José Maria sobre produtividade, todos procuramos nos apresentar os mais produtivos ou eficientes possíveis, para o povo do Paraná. Acredito, que com essa proposta de lei de se implantar em todos os sistemas informatizados, ligados ao Governo os “softwares” livres, gratuitos, em muito podemos reduzir os gastos do governo, possibilitando assim a pessoa do nosso Governador aplicar ou melhor aplicar em outras áreas como a educação.

Embasando-me nas dúvidas de alguns Deputados, entre os quais, repito, Antônio Carlos Baratter, para que se entenda a nossa proposta, vivemos em uma época, que cada vez mais se moderniza, se informatiza. Hoje, desde o pequeno, o médio e o grande, se utiliza de um micro-computador em seu escritório, seu gabinete - o advogado, o juiz, os Deputados em si - e ainda a tecnologia e a informática são relativamente caras, têm um custo alto. E muito mais alto para o Governo, uma vez que em máquinas, computadores, impressoras e periféricos, um número grande é adquirido pelo Governo. Para que se faça funcionar e se utilize um computador - ele deve ser equipado de uma porção de programas, que são chamados softwares e os custos são tão ou mais caros do que o próprio maquinário em si.

Ontem, fiz menção de um investimento do nosso Governador, na aquisição de algumas centenas de máquinas, de computadores, micro-computadores, que foram repartidas entre vários municípios - foi mencionado pelo Deputado, Líder do Governo, Valdir Rossoni. Com o mesmo custo dessas máquinas, o Governador, hoje, poderia adquirir o dobro ou talvez mais que o dobro, se ao invés de se gastar com programas tradicio-

nais, que são caros, do tipo da Microsoft, ele poderia adquirindo programas livres, os “free softwares”, adquirir muito mais máquinas, informatizando muito mais escolas e muito mais órgãos do Governo.

Para que Vossas Excelências entendam: uma máquina, um micro-computador, gira em torno de mil, até mil e quinhentos reais, não de excelente porte um bom micro computador e só de programas se gasta 1.500, 2.000 mil reais. Existem programas que são gratuitos, existem programas que fazem todo o trabalho que precisamos, que os órgãos públicos, precisam que as escolas precisam, só que são distribuídos gratuitamente.

Este Parlamentar que vos fala, está propondo chamar a atenção dos nobres Pares para que nos ajudem a divulgarmos essa idéia. Que em todas as escolas, que todos os órgãos públicos, que todos os órgãos ligados ao Governo, a começar na Assembléia Legislativa, Senhor Presidente, ao invés de gastarmos com *softwares* que são pagos com *softwares* da Microsoft ou qualquer outra empresa, que se invista em um número dobrado, um número maior de micro computadores com o que vamos economizar utilizando os “softers” gratuitos.

Se Vossa Excelência, Senhor Presidente, tiver o interesse de, em cada Gabinete, de colocar dois ou três computadores, o gabinete a exemplo aqui da Casa, teremos condições de, com o mesmo custo ou com um custo ainda menor, colocarmos seis computadores, em cada gabinete. Será uma economia, por um lado e um alcance muito maior por outro lado. O mesmo também se seguirmos esta linha de raciocínio no que diz respeito às escolas, ao invés de comprar 10 computadores para uma escola se poderá comprar 20. E se utilizando ainda dos softers livres, dependendo da forma que eles forem instalados, em rede, com o mesmo custo se pode gastar muito menos e nessa mesma escola ao invés de colocar 20 computadores eu posso instalar 50 computadores. Se eu adotar a linha, como se fala na língua dos micreiros, dos que se utilizam da informática, se eu me utilizar do sistema “computador burro”, ou seja ter apenas um computador que tem o cérebro e os demais se utilizam do mesmo cérebro.

Então, eu faço um apelo para os Senhores Deputados que venham se interessar por este assunto, que vai gerar uma economia, para o Estado, muito grande, que é uma coisa que não vai ser defendida apenas por um partido ou por um segmento político, para todo nosso Estado, para as escolas, para os órgãos públicos e consequentemente para esta Casa de Leis.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa tem dois oradores inscritos no Grande Expediente, solicita que cada orador utilize o horário por 15 minutos.

Primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No ano passado, neste plenário, reclamávamos junto ao líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, o que poderia ocorrer quando no Município de Ponta Grossa, mais precisamente no seu salão nobre, ali se assentaram dezenas de empresários de grande porte do nosso município e da região dos Campos Gerais, dos quais a pedido da Companhia Paranaense de Gás teriam que demonstrar por escrito a essa companhia o interesse do consumo do gás na nossa cidade e região. Assim foi que a Tetra Pak, a Sadia e outras empresas que alise assentaram por intermédio do então secretário, hoje Presidente desta Casa, Nelson Justus, que auxiliou muito a nossa cidade, a nossa região com a implantação. E fez com que todos aplaudíssemos aquilo que seria o fim do consumo do carvão vegetal, fazendo com que o gás industrial fosse consumido na cidade de Ponta Grossa pelas grandes empresas.

Não sabíamos naquela oportunidade e a Companhia Paranaense de Gás não falou que existiria alguma coisa a mais para ser acrescentado no custo final do gás.

Lembro-me bem que nesta Casa dissemos que, além do pedágio que hoje discutimos já de tarifa inicial na sua pista de rolamento, infelizmente, orçada em um nível não compatível com o frete a ser oferecido às firmas que fazem o transporte de carga do Paraná. Muito menos neste corredor do Porto de Paranaguá, corredor do MERCOSUL, nesse estado agrícola e teria que ser acrescentado o custo do pedágio no custo final da mercadoria chegada no porto. Quando já tínhamos no passado uma lei feita por um Deputado Federal que onerou muito o Sul do país, que beneficiou o Norte e Nordeste que foi a Lei Kandir. Essa lei que extirpou de nós aquilo que seria o sustento através da arrecadação dos produtos agrícolas. E o Governo Federal mentiroso disse que iria ressarcir os estados produtores e não o fez. Como no próprio Paraná que foi penalizado com mais de 500 milhões de dólares ao ano sem arrecadação feita por aquela lei.

Falamos naquela oportunidade que o transporte a ser oferecido e o pedágio a ser cobrado era incompatível com a realidade do nosso Estado. Tanto é que o governador reduziu em 50%. Mesmo assim aquelas concessionárias não ficaram satisfeitas e entraram na justiça e aí está a decisão que todos conhecemos.

Queremos nesta tarde e falar sobre a questão do gás. Não é admissível, quando foi dada a concessão das estradas fosse dada a faixa de 15m à direita e 15m à esquerda para cobrarem como bem quiser as concessionárias e, principalmente, nesse nosso trecho, a Rodonorte.

Fiz um requerimento, e naquela oportunidade o Líder do Governo disse que não era verdade aqueles rumores que seriam cobrados aqueles valores o gás a ser assentado nos dutos que levariam o Campo Largo, a Ponta Grossa.

Além dos valores, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a RODONORTE fez um contrato que é só do

seu interesse e contra o interesse do povo do Paraná. Porque a Companhia Paranaense de Gás, 51% dela é do povo do Paraná, é do Governo do Estado. Fez um contrato de permissão do uso do solo, que está em minhas mãos através do requerimento que solicitamos. Assinado pelo Diretor do DER, pelo Presidente da RODONORTE e outras pessoas ligadas a esse setor, como a Companhia Paranaense de Gás, fez um contrato de 10 anos, para ser renovado na concessão que possui as concessionárias de vinte e poucos anos, 25 anos.

Lembro que na missiva nem o Líder do Governo naquela oportunidade concordava e, nós temos transcrito através da RODONORTE, aqui em mãos o documento oficial, de que no 8º, no 9º e no 10º ano, o assentamento dos dutos da canalização de gás serão cobrados 8 mil reais por ano, pelo quilômetro a ser oferecido no assentamento dos dutos.

Prestem atenção os Senhores Deputados, Senhor Presidente e os senhores presentes neste Plenário. Vai dar muito mais dinheiro o pedágio do gás, do que o pedágio da pista de rolamento. Se o nosso gás sai de Araucária, vai a Campo Largo, chega em Ponta Grossa, estende a Apucarana, vai a Londrina, vai a Umuarama, chega a Cascavel, vai a Foz do Iguaçu e volta em Araucária, veja plenário quantos quilômetros serão percorridos pela canalização do gás. Há 8 mil reais, o quilômetro é fácil fazer esta contabilidade. É o maior roubo organizado no Estado do Paraná. É o maior desinteresse pela causas da família paranaense. Ainda bem que nós temos no Senado da República homens que se interessam pelo Paraná.

O Osmar Dias está oferecendo ao Senado da República um projeto de lei no qual as concessionárias e as permissionárias de rolamento de pistas que foram estadualizadas, as estradas federais, como no caso do Paraná, esta ligação nossa nesse Anel de Integração do Governo do Estado, elas só terão a si a responsabilidade aonde se assenta o leito da rodovia, Não mais 15 metros à direita e 15 à esquerda. O solo é do povo do Paraná.

As estradas foram construídas pelo povo do Paraná. O contrato foi malfeito. Porque se tivesse esclarecido nesta Casa naquela oportunidade de que teria o pedágio não só dos carros, dos caminhões, mas o pedágio do gás, tenho certeza absoluta, que esse contrato não seria aprovado por este Plenário.

Ainda mais, ninguém é contra o pedágio. Nós lá estivemos com o Senador Roberto Requião, com Deputados deste Parlamento verificando de perto lá em São Luiz de Purunã. O que é que a população do Paraná pensa desse aumento concedido pela Justiça. Mas o aumento não foi concedido pela Justiça. O Governo do Estado e mais precisamente o Jaime Lerner, é o responsável, ele que ágil, deu uma tarifa não condizente, errou na tarifa inicial. Não foram feitos os cálculos como o Paraná pudesse suportar através das companhias de transporte, do pequeno produtor, do representante comercial, que precisa e utiliza a estrada. O Governo, o Governador

errou. Quando a gente erra, a maior virtude de um homem público é realmente reconhecer o erro. Agora, o seu erro, ele está tentando vender para a Justiça Federal, dizendo que quem quer aumentar o pedágio é a Justiça. Se a tarifa do pedágio, foi ele, Jaime Lerner que fez o valor a ser cobrado do povo do Paraná e do povo brasileiro que por aqui passa.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo, antes cumprimentando-o pelo seu retorno a esta Casa.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado, eu queria endossar o seu pronunciamento. A avaliação que V. Exa. faz, está corretíssima. Estamos vendo que há uma tentativa de dizer que foi a justiça federal, o Dr. Zuudi Zakakihara que deu uma sentença para as concessionárias e eu tive a oportunidade de falar com vários advogados que trabalham com concessionárias e com empresas de transportes e que estão às voltas com várias ações que correm com relação a pedágio. Empresas e transportadoras estão prestes a ganhar ações para a sua empresa não pagar pedágio nenhum. O que os advogados dizem? O contrato, do ponto de vista jurídico é perfeito e não há o que questionar. O contrato que o governo Jaime Lerner assinou com as concessionárias tem embasamento legal, não tem cláusula nenhuma esdrúxula, abusiva, draconiana. Está perfeito. Portanto, as concessionárias, diante do contrato, estão cobertas de razão, porque estão fazendo valer o que está no contrato. Contudo, V. Exa. falou muito bem quando o governo, baseado na legislação - sem o meu voto favorável, é evidente, o nosso voto favorável - foi aprovado por esta Assembléia, quando o governo fez a licitação, fez uma licitação viciada.

O Deputado Péricles já falou sobre isso, estudou o assunto a fundo, as praças superfaturadas, as placas superfaturadas, pinturas, todas com cálculos extraordinariamente altos. As licitações não foram absolutamente livres permitindo a livre concorrência que, com certeza, baixaria o preço do pedágio. Viajei para o Rio Grande do Sul recentemente, paguei com automóvel, R\$3,00 num sentido só da pista, distância maior do que se paga aqui no Paraná, estradas perfeitas, com subidas duplicadas, com sinalização perfeitíssima, toda atenção e muito mais, sistema de socorro, de ajuda e telefone, porque o Governo Jaime Lerner foi ao interior especificamente em Medianeira e falou que a cada quilômetro teria telefone, iluminação, fraldário, ambulância, serviço de socorro, de guincho para levar onde quisesse. Nada disso está sendo feito. O contrato está perfeito, foi assinado. O processo licitatório, a concorrência foi viciada, tem problemas. Então, a responsabilidade é de uma pessoa só. Chama-se Governo do Estado do Paraná, Governo Jaime Lerner. Tem que ser responsabilizado e arcar com as suas consequências.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre Deputado e peço à Mesa, o Horário do PDT, para que possamos concluir esse nosso pronunciamento.

(Concedido)

Senhores Deputados, além do roubo da tarifa, a RODONORTE faz um contrato no qual está explícito no item 5, dizendo o seguinte. Prestem atenção, Senhores Deputados, porque os senhores vão rir desse item, de como o povo do Paraná está sendo lesado por esse famigerado contrato feito entre a Companhia Paranaense de Gás e a RODONORTE.

“No primeiro ano de vigência do Termo de Responsabilidade e permissão de uso, o valor descrito no item 5.1 será custo zero. (Tem um ano para implantação, a Companhia Paranaense de Gás). A partir do segundo ano, vai ser da seguinte forma a cobrança do povo do Paraná que é a Companhia Paranaense de Gás: 50%. Vamos supor que tenha aí X quilômetros, 50% do X quilômetros deverão ser pagos até o dia 10 do mês de janeiro, 50% no dia 10 de janeiro e o restante, - 50%, no dia 10 do mês de julho. Além de fazerem o roubo eles pegam o produto do roubo no mês de janeiro, a metade. Em julho, antes de acabar o ano, eles pegam a outra metade do roubo do Paraná e já está quites. A Companhia Paranaense de Gás já pagou o ano todo: 50% em janeiro, 50% em julho.

É um contrato, Senhores Deputados, que a CPI. Agora vou falar outro assunto nesta Casa. Aquela CPI proposta contra a RODONORTE, contra as concessões de todos os 6 lotes, além de toda aquela planilha exposta brilhantemente pelo Deputado Péricles Mello, quando um engenheiro responsável ou uma equipe assina aqueles laudos, que não são reais, apresentados a esta Casa, a este Poder e ao Governo do Estado do Paraná. Somando tudo aquilo ainda acrescentamos, esse contrato - que é maléfico à família paranista. É mau para o Paraná, para a produção do Paraná agrícola, para a industrialização que tão bem veio e em tão boa hora para o Paraná. Porque as firmas conseqüentemente do custo operacional do pedágio do gás será acoplado no custo final das mercadorias produzidas e pelo consumo de toda população.

Quem paga? Quem paga, de novo, é o povo do Paraná! É o povo que vai consumir um roubo organizado pelo Governo do Estado do Paraná neste contrato que aqui está estampado. Tem mais ainda: poderia ficar aqui lendo as cláusulas que os senhores não assinariam de forma nenhuma, não assinariam. E esta CPI, Senhor Presidente, se for feita nesta Casa, não vai ser contra o pedágio no Estado. Queremos um pedágio, queremos estradas, queremos duplicação, queremos o bem do Paraná! Mas não queremos que o roubo continue no nosso Estado do Paraná e referente ao pedágio e ao pedágio do gás, agora.

Tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a CPI irá ilucidar aquilo que não podemos. Qual seria o meio de anularmos esse contrato? Mostrando as falhas, mostrando as incorreções, mostrando aquilo

que é lesivo ao povo do Paraná, através de uma força da CPI. Como é que mostrariamos que foram superfaturadas as obras? Através da CPI contra as concessões de estradas. E aqui vai um ponto de vista nosso. O que ocorreu, ontem, nesta Casa, o que está sendo presenciado, hoje, e o que foi sempre este poder, foi uma apresentação de idéias individuais. Cada Deputado é eleito para representar uma parte desse Paraná. Cada Deputado pensa diferente. Se o ilustre Deputado Neivo Beraldin pensa de uma forma nós respeitamos, a forma é dele pensar e foi realmente dado uma mostra da sua linha que sempre foi nesta conduta de fazer com que Câmaras Setoriais fossem aqui montadas nos diversos segmentos de toda sociedade do Paraná. Respeitamos. Mas também respeito o Deputado Ângelo Vanhoni que, individualmente, faz com que aquilo que é seu pensamento seja, nesta Casa, conhecido. Como também respeito e admiro o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que em todas as oportunidades, às vezes até em causa indefensável, ele sobe na tribuna e coloca o seu ponto de vista e a defesa do Governo do Estado do Paraná, mesmo não tendo defesa; é um herói.

Então, nós queremos além de cumprimentar todos os Senhores Deputados, estender a nossa mão de confiança na Mesa Executiva, dizendo que o Presidente Nelson Justus, em tudo aquilo que o Deputado Hermas aqui falou, o Deputado Nelson Justus está pauteando, numa linha de conduta, na qual nesta Casa está sendo respeitado o seu trabalho, não só no Paraná.

Ontem tivemos, ilustre Deputado Nelson Justus, tivemos aqui Deputados que vieram no 1º Encontro do PTB do Paraná, ali assentados naquela tribuna, homens que realmente elogiaram a sua conduta da Mesa Executiva, do Deputado Hermas Brandão, do Deputado Augustinho Zucchi, dos outros membros, como Caíto Quintana, que é nosso vice-Presidente, na linha que estão dando a este Poder, e no respeito que estão dando à lei.

Temos a certeza absoluta que o Regimento Interno desta Casa, que agora em tão boa hora, por esta Mesa Executiva, será reformulado porque é um regimento interno arcaico, é um regimento extemporâneo, não é para os dias atuais. A comissão proposta pelo Caíto Quintana, dos procedimentos, das atitudes e dos pronunciamentos dos Deputados por uma comissão de avaliação é mais do que justa.

Mas tenha certeza, Deputado Nelson Justus, não só aqueles deputados, o Brasil inteiro e principalmente a imprensa aqui credenciada, tenha total liberdade dada por Vossa Excelência nas atitudes deste Poder.

Acredito que falo em nome de todos os outros Deputados, dizendo que a sua linha de conduta foi aquela que nós estimávamos, aquela que precisávamos e aquelas que realmente desejamos, para que esta Casa, volte e sempre seja o Poder do povo em respeito do povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRSIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no grande Expediente, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, o debate que fizemos aqui nesta Casa, foi na realidade, da importância de que o Parlamento se fortaleça cada vez mais com uma das suas atribuições que é o processo de fiscalização, e discutimos o papel das CPIs no Parlamento Brasileiro, tanto na Câmara Federal, no Senado Federal, quanto nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais.

Hoje assistimos um trabalho importante feito pela Câmara Municipal de Londrina onde que identifica os problemas relativos de uma Comissão Especial de Investigação, que investiga todas as denúncias a respeito da administração do Prefeito Antonio Belinati, desvio de 150 milhões de reais, envolvimento com a COPEL, tem os desdobramentos que todos nós sabemos, está sendo noticiado na imprensa do Brasil inteiro, a CPI que a Assembleia Legislativa deixou de fazer em 48 horas, e essa é uma tarefa, uma atribuição da Câmara de Vereadores, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas de cada Estado.

Acho que em relação à CPI na Assembleia Legislativa, é verdade que tivemos duas CPIs que não trouxeram muita coisa, que foi a CPI do Porto e a CPI da SANEPAR.

Aliás, o processo elencado mandou para que o Ministério Público tomasse as providências necessárias.

Mas, a necessidade de CPIs, eu acho que é fundamental porque a sociedade quer saber o que está exatamente acontecendo nas esferas de governo, dos maus governos ou da própria sociedade envolvida em alguma atividade que seja irregular, que seja ilícita.

Caso da CPI do narcotráfico, a qual começou a discutir a organização do tráfico de drogas e outras questões no Brasil inteiro, e acabou desvendando organizações criminosas em vários Estados da Nação, e com algum êxito em alguns casos, em alguns Estados, prendendo e processando várias pessoas.

O ex-Coronel-Secretário de Segurança Pública do Acre, foi cassado e seu mandato e está preso.

Tem 420 testemunhas arroladas contra o Hildebrando Pascoal. E, olha, o Hildebrando Pascoal não foi preso, Senhor presidente, por estar cometendo, ele pessoalmente, nenhum ato ilícito, não foi. Foi aberta a possibilidade para o processo, foram feitas as investigações, foram coletados os depoimentos e hoje o Hildebrando está preso.

E muitos outros no Brasil inteiro.

No Paraná, eu já relatei o que a Comissão que foi criada para auxiliar a CPI Nacional fez, tomou dois depoimentos, fizemos viagens eu e o Deputado Tiago Amorim, Deputado Carli e o Deputado Algaci Túlio fomos a Foz do Iguaçu, fomos a Brasília e fomos a Cas-
cavel. E lá tomamos algumas informações de autori-

dades, tanto da Procuradoria Federal, quanto do Ministério Público local, quanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Federal, coletamos essas informações e tomamos dois depoimentos: um da Shirlei, traficante lá de Maringá, e outro do Rafael Valenga.

Depois disso veio o recesso.

Durante o recesso nos reunimos no dia 10, pensávamos em ir até Brasília conversar com a CPI Nacional, mas, no entanto, a CPI Nacional não estava reunida durante o recesso.

Compareci a uma reunião, fui até Brasília, participei de uma reunião, porque o Delegado Adauto foi convocado para uma reunião, que é do Grupo Fera, junto com a Delegada Leila, acompanhei a reunião e discuti com os membros da CPI Nacional para que eles viessem para cá, para ver a possibilidade de eles virem para cá para tomarem conhecimento da realidade do crime organizado aqui. Foi isso o mês de janeiro. Findo janeiro, fizemos uma nova reunião na Presidência da Assembleia Legislativa, eu, o Deputado José Maria, Deputado Fernando Ribas Carli, Deputado Alborghetti e o Deputado Algaci Túlio, não compareceram o Deputado Tiago e o Deputado Caíto Quintana, que estavam em viagem - os dois Deputados que não compareceram. Decidimos não tomar nenhum depoimento - talvez o depoimento da Eva, que é uma traficante conhecida aqui de Curitiba, que está presa no 9º Distrito. Mas até agora, não o fizemos, porque achamos que talvez, a Eva não trouxesse nada de novo a não ser das coisas que já temos ouvido falar aqui na nossa cidade.

Acontece que agora, há questão de uma semana atrás, a Procuradoria da Justiça, o Senhor Giacóia, montou um Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado - aliás, antes da Assembleia Legislativa, e o Secretário de Segurança Pública e o Delegado Geral de Polícia incumbiram o Delegado Adalto, conduziram-no para o extinto Grupo FERA, uma força especial, para que ele conduzisse as investigações também contra o crime organizado. Estes dois grupos de trabalho estão trabalhando muito. E tenho conhecimento das investigações que os dois grupos estão fazendo. Como a nossa Comissão é uma comissão pública, e não tem nenhum grande segredo, os depoimentos foram públicos, não temos nenhum grande segredo; a única coisa que fiz foi repassar as informações que coletamos, que de certa forma todos eles já sabiam de tudo, para estes dois grupos de trabalho.

A CPI Nacional está fazendo investigação aqui com a Polícia Federal em dois aspectos: primeiro, na zona de fronteira, e outro, que é segredo da CPI Nacional. Duas pessoas, três pessoas, quatro pessoas, não posso dizer quantas, querem depor, têm outras que vão depor, e querem depor em segredo de justiça, querem depor em segredo porque têm risco de vida, está se tratando de bandidos, de pessoas que estão organizando o mando de morte de outras pessoas no nosso Estado. Infelizmente é essa a realidade, mando de morte, pessoas que estão

matando, que isso faz parte de uma organização criminosa que tem como objetivo auferir no final da história, muito dinheiro, seja ele pelo tráfico de drogas, seja ele pelo roubo de cargas, seja ele pelo roubo de carros e desmanche de veículos. É essa a nossa realidade. Estas pessoas foram depor, foi consultada a CPI em Brasília, ela voltou votou, teve a decisão formal, votou e abriu a investigação do Paraná e solicitou que as testemunhas que quisessem depor em segredo fossem conduzidas à Brasília, à Câmara Federal.

Fui convidado para ir de última hora, como assistente porque sou membro de uma comissão especial e Presidente da Comissão Especial da Assembléia Legislativa. Fui para assistir os depoimentos, não fui para falar. Não fui convocado para falar. No entanto, lá chegando, doze pessoas, a CPI desdobrou a reunião em uma parte pública e uma parte fechada, por decisão da própria CPI.

Na parte pública, tomaram o depoimento do Delegado Adalto, responsável pelo Governo do Estado do Paraná, incumbido pelo Secretário de Segurança Pública e pelo Delegado Noronha, Diretor da Polícia Civil, de fazer o combate ao crime organizado. O Delegado fez um depoimento público.

Fui convidado a fazer um relato do que a Comissão da Assembléia Legislativa do Paraná tem feito no Estado. Fiz um relato público que está gravado no Senado Federal e na Câmara Federal. Aliás, passou 25 vezes no Canal 18, de quinta-feira até ontem. E, o que falei para os Deputados, o que o Deputado Ângelo Vanhoni, Presidente da Comissão falou, afirmo e reafirmo em qualquer momento.

O Deputado Rossoni fez, ontem, afirmações de que não gostou do que eu disse à CPI Nacional. A mim pouco importa se o Deputado gosta ou desgosta. O que importa para mim é saber o que o Deputado pode apontar de errado no meu pronunciamento. “Olha, Deputado Vanhoni, está errado aqui, o senhor não podia ter dito isso porque não é verdade.

O Deputado Rossoni faz afirmações descabidas, fruto de quem não conhece e não assistiu ou não quis tomar conhecimento. Não posso pensar que o Deputado Rossoni, que é meu amigo pessoal e convive comigo há cinco anos aqui na Assembléia, por quem tenho respeito, possa estar, na realidade, tentando desvirtuar a minha fala para colocar o conjunto da Assembléia Legislativa contra a minha participação na CPI Nacional. Não acredito que tenha sido esta a intenção do Deputado Rossoni. Acredito que o Deputado não tomou conhecimento tal qual como as coisas aconteceram.

Então, para esclarecer de forma definitiva, não vou falar de duzentos policiais, não vou falar de juizes, não vou falar de Deputados, vou fazer duas coisas: Vou requerer uma cópia gravada com a assinatura do Presidente da CPI Nacional e com a do Relator Deputado Moroni Torgan e Magno Malta. Que enviem à Assembléia Legislativa do Paraná, em especial ao Deputado Valdir Rossoni, cópia da íntegra do meu depoimento na

Câmara Federal, tanto a cópia taquigráfica como a televisada.

Em segundo lugar, estou mandando uma carta ao Presidente e Relator da Comissão Nacional, em nome pessoal, relatando os problemas acontecidos aqui no Paraná e que a CPI, quando vier na próxima terça-feira, se abrir investigação ou não, se denunciar ou não, prender ou não, não importa, os depoimentos vão ser tomados e o procedimento será o mesmo. Que a CPI Nacional se dirija a quem quiser e que diga ela, porque os depoimentos são secretos e não fui eu quem os tomou, foram os Deputados Federais, que diga o nome do juiz, o nome do Deputado citado. A mim não tem que cobrar absolutamente nada neste sentido, mesmo porque não fui lá para denunciar ninguém, eu fui lá e fiz o depoimento das informações que eu tenho, do crime organizado, de como é que está se constituindo no Estado do Paraná. Foi isso que eu fiz. E é público. O Brasil inteiro viu. O Brasil inteiro.

Então, o que eu tinha a relatar era isso. Tenho conhecimento de outras coisas, contra minha pessoa, contra o meu mandato de Deputado e contra as atividades que estou fazendo para tentar prender traficantes, porque não estou fazendo outra coisa a não ser esta. Infelizmente, no acaso da minha vida me envolvi com isto. E em função do ano passado, do que aconteceu, com a notícia do Beira Mar ter uma organização aqui no Paraná. A Assembléia Legislativa sabe do meu passado. Sabe das minhas relações políticas com a sociedade paranaense, sabe que nunca passaram pela militância ligada à área de segurança, nada disso.

Agora, se eu tiver conhecimento de traficantes que estão organizando o tráfico de drogas sob o prisma do banditismo, da morte, da violência no Estado do Paraná, e se eu tiver condições de provar, de apontar, vocês podem ter certeza: eu vou apontar que são! É este o meu dever. Vou cumprir até a última instância. Não vou fugir da briga! Esta briga está dada. Não tem volta. Vamos até as últimas conseqüências. Se tivermos a felicidade, nós colocaremos alguns criminosos na cadeia. Se não tivermos esta felicidade, os criminosos continuarão aí, fazendo o que estão fazendo e eu espero que um dia se consiga.

Tenho a impressão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós iremos colocar alguns na cadeia.

É isso o que eu espero e sei que a sociedade paranaense espera isto também. Aliás, acredito que o Governo do Estado do Paraná espera isto desta Comissão, espera isto da Assembléia, espera isto da Polícia, espera isto de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 04 (quatro) de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Carlos Marchioro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014, de 15.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 70/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo conceder o Título de Cidadania Benemérita ao Senhor Carlos Marchioro.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da proposição em tela.

Conclusão

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que não há obstáculos legais à tramitação do presente projeto de lei, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, sugerindo que seja encaminhado à Comissão de Educação, para que através daquela Comissão, a Universidade Estadual de Ponta Grossa seja ouvida a respeito.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 078/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Beto Richa, tem por objetivo autorizar o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz.

Fundamentação

O Município de Wenceslau Braz, está oferecendo à Universidade Estadual de Ponta Grossa espaço físico e transporte aos professores para que se instale na cidade uma extensão universitária, sob forma de Campus Avançado. Chamada a opinar esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende que a proposição trará benefícios indiscutíveis à educação do nosso Estado, pois o ensino superior é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do país e o seu acesso precisa ser facilitado a todos, principalmente aos que vivem no interior, distantes das faculdades e universidades, que se concentram nas capitais e grandes centros urbanos.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.06.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 130/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade instituir o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que o selo em questão distingue das demais as instituições que desenvolveram a qualidade de preservação ambiental e dos recursos naturais. O texto sugere ainda que as diretrizes que nortearão as concessões do Selo deverão ser pautadas nos preceitos estabelecidos pelas normas da ISO 14.000.

O Selo de Qualidade Ambiental servirá de estímulo às organizações que vêm desenvolvendo seu trabalho com vistas à preservar o meio ambiente, além de incentivar as demais a darem sentido, em suas ações, às questões ambientais.

Dentro deste contexto, e verificando que nada obsta à sua regular tramitação, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 130/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade instituir o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar com relação a matéria e tendo em vista o relevante interesse ecológico, dá o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
ADEMIR BIER - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concedo o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. José Anunciação dos Santos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 24 de 12.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 163/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor José Anunciação dos Santos, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, não encontramos nenhum óbice constitucional e legal, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que institui, no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 58 de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 273/99

P A R E C E R :

O presente projeto e lei, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello visa “instituir no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais”.

Justifica o projeto de lei afirmando que a “a região dos campos gerais possui um patrimônio histórico e natural muito rico, o que torna a região um espaço privilegiado para o turismo e obrigatório para aplicação de políticas de preservação cultural e natural”.

O projeto reveste-se de grande importância para a região dos campos gerais, entretanto, do ponto de vista constitucional; é necessário que se apresente emenda modificativa ao artigo 1º, no sentido de colocar o texto dentro do ordenamento jurídico pátrio, que no Artigo 66 da Constituição Estadual diz:

“Art. 66 - ...São de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham de:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Assim, o Artigo 1º, passa a ter a seguinte redação:

“Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais”.

Com a ressalva da Emenda, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 273/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello visa instituir no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

Fundamentação

Tem como objetivo, o presente projeto de lei, tornar a região dos Campos Gerais um “espaço privilegiado para o turismo e obrigatório para a aplicação de políticas de preservação cultural e natural”, o que possibilitará o desenvolvimento de toda esta área, visto que trará mais empregos para a população, e ao mesmo tempo, valorizará e protegerá seu patrimônio natural.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei, com a alteração proposta na Emenda Modificativa ofertada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 17.11.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 273/99

Art. 1º - “Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Artístico e Natural da região dos Campos Gerais”.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que institui no Estado do Paraná, o Dia Estadual da Pequena e Micro Empresa, dia 05 de outubro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 134 de 06.10.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 505/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por finalidade instituir no Estado do Paraná, o dia Estadual da Pequena e Micro-Empresa, dia 05 de outubro.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 505/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por finalidade instituir no Estado do Paraná, o dia 5 de outubro como Dia Estadual da Pequena e Micro-Empresa.

Em 26 de outubro de 1999 ele recebeu parecer favorável quanto a constitucionalidade e legalidade perante a Comissão de Constituição de Justiça.

Chamada esta Relatoria a manifestar-se entende que o projeto de lei é conveniente, oportuno e atende ao interesse público, nada existindo que possa impedir sua tramitação.

A pequena empresa e a micro empresa devem ser homenageadas, já que são responsáveis por parcela significativa da produção, geração de emprego e renda no território do Estado do Paraná.

Nessas condições, nosso parecer é favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 127, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 128, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 130 a 134, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 139, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 140, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 142 e 143, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 105, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente da sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Fiz um entendimento com o Líder do Governo e o Deputado Valdir Rossoni ficou de apresentar o levantamento desses dados, se possível amanhã e portanto solicito a retirada da Ordem do Dia e passar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado e retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº s 070, 078, 130, 163, 273 e 505/99.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 461/99

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, aposentadoria, a pedido de JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula nº 408, ocupante do cargo de Procurador 2ª Classe, NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, e art. 11, da Resolução de nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4; verba de representação, conforme o disposto no art. 3º da Lei de nº 8.198, de 17 de dezembro de 1985; e de acordo com o inciso IX, do art. 37 da Lei Complementar de nº 40, de 14 de dezembro de 1981, trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, observando-se neste o que dispõe o inciso XIV, do art. 37 da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 16, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. nº 9828/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.12.99.

(aa) NELSON JUSTUS
Presidente

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário

Ata de Comissão:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Plauto Miró Guimarães Filho, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Antonio Belinati e mais os Deputados Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Tony Garcia, Ademir Bier e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 606/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni, na forma do substitutivo geral - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e Waldyr Pugliesi; 02) Projeto de Lei nº 145/98 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 410/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 200/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, à emenda de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 634/99 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 636/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 601/99 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, à emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei Complementar nº 015/96 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso, com substitutivo e acolhimento e encaminhamento da emenda do Deputado Orlando Pessuti à Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária